Meio ambiente, espaço urbano e políticas de imagem: o caso do Parque Linear Ribeirão das Pedras (Barão Geraldo, Campinas, SP)[1]

Fabiana Giaretta

giaretta.fabi@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende abordar a questão ambiental e a valorização do espaço urbano, com enfoque no caso do Parque Linear Ribeirão das Pedras de Barão Geraldo, localizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo, investigando o papel do Parque Público como instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea e os efeitos da implantação de áreas verdes no planejamento territorial das cidades. Pretende-se interligar elementos como áreas verdes em ambientes urbanos, valorização do espaço e o papel do governo local na formulação de políticas públicas e no planejamento do território. A hipótese central que se pretende verificar é a que admite que as áreas verdes são elementos de valorização do espaço urbano, pautadas nos discursos de conservação ambiental e dos agentes corporativos imobiliários, por meio de especulação no uso do solo urbano e das políticas de imagem.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: parques públicos, meio ambiente, espaço urbano, valorização fundiária.

1 Este artigo foi escrito como parte de uma pesquisa de Iniciação Científica sob o título: Meio ambiente, espaço urbano e políticas de imagem: o caso do Parque Linear Ribeirão das Pedras (Barão Geraldo, Campinas, SP), com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A gênese da questão ambiental e suas implicações no ordenamento do território

A fim de um melhor entendimento acerca da ideologia na qual se baseia a instalação de Parques Lineares Urbanos, situamos historicamente essa ideologia ambiental, seu desenvolvimento e sua forma contemporânea de modo a analisar o seu papel no planejamento territorial. Buscamos caracterizar a ideologia ambientalista enquanto legitimadora de novas práticas político-sociais, o que contribui para um reordenamento do espaço urbano.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo de desenvolvimento capitalista pautado na extração intensiva dos recursos naturais, a fim de suprir uma demanda em larga escala e no modo de produção fordista, passou a ser fortemente criticado. Nesse momento, a sociedade se torna consciente dos altos índices de poluição e degradação ambiental, associados, sobretudo, ao modelo de industrialização então vigente.

Dessa forma, entre as décadas de 1960 e 1970, a ideia de que algo deveria ser feito a fim de se preservar os recursos naturais passa a ser difundida na opinião pública. No âmbito científico, havia a noção dos prejuízos à economia tendo em vista o modelo de desenvolvimento e industrialização em curso e sua insustentabilidade a longo prazo. A primeira proposta de alternativa surgiu com a publicação do Clube de Roma intitulada *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS, 1973), documento redigido como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Urbano realizada na Suécia em 1972, que propôs o crescimento zero da economia. Essa proposta era pautada na ideia de que qualquer crescimento chegaria aos limites físicos do planeta. Tal solução foi marcada por uma bipolaridade no que se refere à questão ambiental, uma vez que os países em desenvolvimento não aprovaram a solução proposta, dado que ainda buscavam em maiores taxas de crescimento econômico a solução para seus problemas de desenvolvimento, numa proposta que ficou conhecida como “crescimento a qualquer custo”. É a partir dessa Conferência que se amplia a preocupação ambiental no âmbito político, com a criação e multiplicação de agências estatais de meio ambiente.

Segundo Topalov (1997), as reivindicações enunciadas nos anos 1970 em termos da salvaguarda do meio ambiente foram pautadas em um princípio comum de legitimidade: a preservação do patrimônio coletivo da humanidade. A emergência do ambientalismo contemporâneo teria dissolvido a escala do Estado-nação enquanto lugar de formulação dos problemas e das soluções em detrimento do global, num contexto neoliberalista e de redefinição do papel do mercado

mundial, instaurando o "mercado como instância reguladora do bem-estar dos indivíduos na sociedade" (ACSELRAD, 2001, p. 32). Dessa forma, a salvaguarda do meio ambiente permite ligar diretamente cada ato individual ao bem comum da humanidade, tornando-se um dever eticamente fundamentado.

No ano de 1983 é criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que, em 1987, publica o relatório "Nosso Futuro Comum" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), também conhecido como Relatório Brundtland, que marca a consagração do termo *desenvolvimento sustentável,* definido como a forma como as atuais gerações satisfazem suas necessidades, sem com isso comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Essa proposta pode ser concebida como uma alternativa às propostas de crescimento zero e de crescimento a qualquer custo. Brüseke (1998) destaca esse relatório como sendo resultado de uma visão mais complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade, pautado na interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. No entanto, a crítica feita a esse documento está no fato de que, para o mesmo, as limitações ao desenvolvimento sustentável estariam não na exploração massiva dos recursos naturais e no incentivo ao consumo, mas nas limitações do estágio atual da tecnologia e da organização social, que poderiam ser geridas a fim de proporcionar uma nova era do desenvolvimento econômico (SERRANO; LUCHIARI, 1993).

Tendo isso em vista, as empresas passam a buscar soluções alternativas ao modelo de produção e às tecnologias degradadoras do meio ambiente, incorporando princípios menos predatórios, que resultam em mudanças não apenas no modo de se produzir, mas também nos produtos em si. Tal fato permitiu a criação de um mercado verde através do desenvolvimento econômico sustentável. Sobre este aspecto, Trevisan (2005, p.6), com base em Brüseke (1998), afirma que

> O movimento em prol de um meio ambiente equilibrado transforma-se em estratégia de marketing para a venda dos mais diferentes produtos, atitude que é vista com bons olhos pela opinião pública e consumidores, e fundamental para os organismos financeiros internacionais.

Em 1992 acontece no Brasil a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, considerada o grande marco das discussões ambientais globais. Durante a Rio 92, como ficou conhecida, foram gerados documentos importantes relacionados a proposta de desenvolvimento sustentável, como a Carta da Terra, a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21, que aborda diretrizes sobre como aliar o desenvolvimento com a preservação

dos ecossistemas, e a consequente melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, o governo brasileiro incorpora uma racionalidade que influencia o planejamento e a configuração de seu território, influenciado pelo caráter mais crítico das discussões ambientais, que passam a incorporar dimensões sociais, culturais e éticas nos debates.

Como marcos recentes das discussões sobre meio ambiente temos em 2002 a realização da Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul (Rio + 10); e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2012 (Rio + 20). Foi com essas conferências que se chegou à consagração do que se costuma chamar de uma Economia Verde, na busca de se compatibilizar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Uma reflexão crítica acerca de tal questão nos permite observar uma incompatibilidade em conciliar de maneira ecologicamente viável a questão ambiental e os anseios do capitalismo, dada a impossibilidade de um equilíbrio entre as questões econômicas, ecológicas e sociais dentro de um modelo dominante que tem o mercado como instância norteadora (SHIVA, 1989). O movimento social iniciado com uma visão romântica da natureza, pautado na visão holística da ecologia profunda (*deep ecology*), na sustentabilidade e na cooperação, foi incorporado pelo capitalismo e se transformou em um novo produto a ser vendido.

Acselrad (2001) nos mostra que a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula os efeitos sociais desejados às funções práticas do discurso que pretende tornar realidade. Assim, o autor aponta para um processo de legitimação/deslegitimação das práticas e atores sociais: a definição de sustentabilidade que prevalecer terá autoridade para que se discriminem, em seu nome, as práticas boas das ruins.

Para Topalov (1997, p. 22), a imposição de um novo paradigma — o ambiental — implica uma mutação das representações da ordem e desordem do mundo, ao mesmo tempo que representa uma redefinição dos objetivos legítimos da ação. Com esse novo paradigma, a ruptura com uma ordem anteriormente estabelecida diz respeito ao fato de que "sociedade" deixa de estar no centro do discurso para dar lugar a um outro, a "natureza".

Essa tendência não seria um fenômeno estritamente localizado ou conjuntural, mas sim uma construção cognitiva e prática, dominante por um longo período. Assim, o autor identificou o meio ambiente como o problema central em torno do qual, daqui em diante, todos os discursos e projetos sociais devem ser reformulados para serem considerados legítimos.

Segundo Acselrad (2001, p. 45),

> A materialidade das cidades sendo politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas também como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A ideia de sustentabilidade é assim aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas.

Ou seja, com a inserção da "racionalidade ecológica" ao território brasileiro, os espaços têm sua configuração modificada frente ordens e intencionalidades que obedecem lógicas exteriores ao próprio território, como o apelo urbano contemporâneo por áreas verdes que valorizam o espaço apropriado por meio da especulação imobiliária, agregando valor à propriedade fundiária e "elitizando" o uso do território. Dessa forma, a cidade tem seus arranjos espaciais modificados e adaptados a fim de responder às demandas do discurso de sustentabilidade.

O adensamento populacional e a expansão das periferias podem ser considerados como grandes questões da temática urbana atual, acarretando em carência de espaços públicos de lazer e de contato com a natureza. Assim, emerge um movimento de valorização da qualidade de vida associada ao meio ambiente, questão essa que se faz presente no debate político e nas campanhas publicitárias do mercado imobiliário (RESENDE, 2011), que se utiliza da veiculação de signos ambientais (remanescentes de áreas verdes, arborização, parques públicos, entre outros) para promover as áreas valorizadas da cidade, impondo uma especulação imobiliária e atuando na fragmentação, segregação e seletividade social na produção do espaço urbano.

O Distrito de Barão Geraldo, localizado na região norte da cidade de Campinas, possui características bastante distintas daquelas observadas em outras partes da cidade. O distrito agrega um dos maiores polos de tecnologia do estado de São Paulo, com universidades, hospitais e centros de pesquisa referência no país (CISOTTO; VITTE, 2009), abriga uma população de alta renda e é onde está localizado o trecho do Parque Linear Ribeirão das Pedras estudado nesta pesquisa.

A instalação do Parque Linear Ribeirão das Pedras no Distrito de Barão Geraldo pode ser vista como um imperativo do consenso global de proteção, uma norma vertical capaz de transformar o cotidiano do lugar. Vemos, portanto, a instituição do parque como um produto dessa ideologia ambientalista, na qual áreas verdes preservadas ganham novos *status* dentro da cidade, sendo útil aos interesses não apenas dos proprietários, como dos agentes imobiliários. Assim, Trevisan (2006) aponta para um uso elitista desses ambientes que, agora valorizados, multiplicam a densidade ocupacional em torno de parques, jardins e áreas de proteção ambiental.

A incorporação da concepção de meio ambiente à vida econômica e ao marketing ambiental surge, então, como uma importante questão na produção do espaço urbano contemporâneo. A venda de uma imagem estetizada da natureza, por meio de imagens-síntese de uma natureza *glamourizada* é a ferramenta de atração de muitos empreendimentos imobiliários e comerciais na cidade contemporânea. Tais empreendimentos vendem a ideia de "privilégio", "saúde", "segurança" e "tranquilidade" associada às áreas verdes como objetos de consumo que irão agregar valor e elevar o preço da terra e das edificações.

A cidade contemporânea e a produção do espaço urbano

A fim de se discutir a produção do espaço urbano, é necessário considerá-lo como resultado da ação social de diversos agentes. As diferentes formas espaciais são "socialmente produzidas por agentes sociais concretos" (CORREA, 1999), em constante processo de reorganização do território. Também é necessário considera-las como um produto material de relações sociais determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social, não ao acaso, mas como uma expressão concreta de cada conjunto histórico de uma sociedade específica (CASTELLS, 1983).

O espaço urbano capitalista é um produto social, "resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço" (CORREA, 1999, p. 11). Tais práticas incluem a "incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Segundo Correa (1999), os agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano são: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários, d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos. Suas ações ocorrem dentro de marcos jurídicos que as regulam. No entanto, esses marcos não são neutros, eles representam os interesses dominantes desses agentes, o que se constitui, em muitos casos, uma "retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante" (CORREA, 1999, p. 12). Os proprietários fundiários buscam com suas ações obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, buscando que essas tenham o uso mais remunerado possível, baseado em urbanização de *status*. Dessa forma, procuram exercer influência junto ao Estado a fim de interferir na definição das leis e de uso do solo e zoneamento urbano. Além disso, é necessário compreender que a ação do Estado não se

processa de modo socialmente neutro, sua ação é marcada pelo conflito de interesses de diferentes classes, resultando em investimentos públicos espacialmente desiguais, o que tende a privilegiar os interesses da classe dominante (CORREA, 1999).

Nesse sentido, enfatiza-se o caráter intencional e estratégico da produção do espaço urbano, cuja materialidade influencia na reprodução da sociedade. No período contemporâneo é o planejamento estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial em decorrência do fato de as cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2000), que norteará as intervenções desse novo urbanismo. Nesse novo modelo, a competitividade urbana será a palavra de ordem impulsionada pela globalização da economia que faz com que as cidades precisem competir entre si a fim de atrair investimentos de capital e tecnologia, indústrias e serviços.

Nesse sentido, vender a cidade tornou-se função dos governos que, para isso, se utilizam do marketing urbano, determinante no processo de planejamento e gestão das cidades (VAINER, 2000). A cidade como empresa incorpora os valores de produtividade, competitividade e subordinação das políticas urbanas à lógica do mercado, por isso a expressão *city marketing*, ferramenta do planejamento e da gestão pública, estaria associada a processos de reorganização e refuncionalização do espaço urbano, a fim de "adequá-lo às demandas de qualidade de vida urbana e dar-lhe condições de concorrer com outras metrópoles na atração de investimentos e na localização de atividades, sobretudo terciárias." (RIBEIRO; GARCÍA, 1997, p. 107).

Assim, é possível falar na cidade como um produto de marketing, resultado de estratégias de convencimento desenvolvidas pelo poder público em parcerias com grandes empresas, através das quais se é possível criar — ou manipular — um imaginário urbano.

Imprescindível ao se discutir *city marketing* é a discussão de sua contra-face que, segundo Ribeiro e Garcia (1997), se constrói na exclusão e segregação. Isso se dá por conta do contexto altamente seletivo do acesso aos novos serviços e equipamentos urbanos da cidade modernizada. Como nos lembra Ribeiro (2005) "Essa cidade, afirmada como ideal corporativo e paradigma da administração pública, tem sido inviabilizada pelo aumento da desigualdade em todas as escalas".

Nesse sentido, estamos diante de uma *modernização excludente*, com "condições extremamente favoráveis para os grupos mais fortes", enquanto alastram-se "as condições para a alienação dos cidadãos" (RIBEIRO; GARCIA, 1997,

p. 121). No lugar do cidadão, o *city marketing* do planejamento estratégico prioriza o consumidor (SANTOS, 2014 [1987]).

Parques públicos urbanos como instrumento de valorização fundiária

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, “parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior do que as praças e jardins públicos” (BRASIL, 2016). De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização". Nesse sentido, as áreas verdes estão intimamente associadas a funções recreativas, esportivas e de socialização.

Scalise (2002) situa o surgimento dos parques urbanos como fato urbano relevante no final do século XVIII, na Inglaterra, como um importante elemento paisagístico urbano. No entanto, é só no século XIX que surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagem, e os parques franceses formais e monumentais, ainda que inspirados nos parques ingleses do século XVIII. Nesse período, os parques se caracterizavam pelo suprimento das demandas de recreação e lazer, motivados pela crescente expansão urbana, além da necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana, bastante adensadas, com funções de "pulmões verdes", saneadoras, representando oásis de ar puro, de contemplação e estimulador da imaginação (SCALISE, 2002).

Ultrapassando o modelo de parque do século XIX, idealizado em bairros burgueses e para exibição social, o parque do século XX busca uma maior expressão da coletividade, do local de sociabilidade que recrie condições naturais suprimidas pela vida urbana. Nesse sentido, com a emergência do paradigma ecológico se faz sentir uma reivindicação mais concreta no que diz respeito ao ambiente urbano e à revisão dos modos de projetar a cidade.

Para Gomes (2014), o desenvolvimento de políticas públicas e privadas tem sido pautado no ideário ecológico, no qual as paisagens da natureza, materializadas sobretudo nas imagens de parques, têm se convertido em veículo condutor das práticas de reprodução ampliada do capital no espaço urbano. Sobre esse aspecto, Serpa (2005, p.116) afirma que:

> Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas.

Segundo o autor, ao valorizar o espaço urbano, os parques públicos tendem a selecionar espacialmente a população que habita no entorno dessas áreas, criando locais atraentes para a classe média aos quais as classes populares não têm acesso devido à valorização do solo ou da necessidade de transportes públicos. Isso evidencia a produção desigual do espaço geográfico através da valorização e requalificação do solo urbano por meio de áreas verdes e parques públicos, ou o que Corrêa (1997, p. 168) denomina de "cidadania desigual que se traduz em ambientes desiguais".

Os parques urbanos inserem-se numa lógica que pressupõe promover no espaço urbano condições de reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e a cultura. No entanto, se apresentam como uma natureza fictícia e planejada dentro de um projeto urbanístico, apenas como um simulacro. (GOMES, 2014)

Dentro da categoria dos parques urbanos encontram-se os Parques Lineares, como o Parque Linear Ribeirão das Pedras de Barão Geraldo.

> Os Parques Lineares são obras estruturadoras de programas ambientais em áreas urbanas, sendo muito utilizados como instrumento de planejamento e gestão de áreas degradadas, buscando conciliar tanto os aspectos urbanos e ambientais como as exigências da legislação e a realidade existente. Eles se constituem de áreas lineares destinadas tanto à conservação como à preservação dos recursos naturais, tendo como principal característica a capacidade de interligar fragmentos de vegetação e outros elementos encontrados em uma paisagem, assim como os corredores ecológicos. (ABCP, 2009)

Os parques urbanos, ainda que de forma estetizada ou mesmo artificial, trazem a natureza de volta para a cidade, o que é muito positivo no urbanismo contemporâneo que dialoga com a conservação ambiental. A questão é a de serem implementados como espaços públicos voltados ao lazer e à conservação, mas se caracterizarem pela apropriação privada; a de fortalecerem a seletividade social no acesso a tais áreas, e a configurarem-se por uma certa negação da natureza, pois visam, sobretudo, padrões estéticos. Constituem virtualidades no espaço urbano que mascaram aspectos da realidade inserindo-se no conjunto das estratégias capitalistas de produção e reprodução do espaço (GOMES, 2014).

A cidade legal versus a cidade real: divergências e contradições no caso do Parque Linear Ribeirão das Pedras (Barão Geraldo, Campinas, SP)

O Parque Linear Ribeirão das Pedras (Campinas — SP) surgiu como um projeto especial do Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, instituído pela Lei n. 9.199, de 1996. Trata-se de uma parceria da Prefeitura Municipal de

Campinas com a sociedade civil, a iniciativa privada, universidades e o Ministério Público. O projeto, "idealizado para garantir a recuperação ambiental e inserção da área verde em contexto de intensa urbanização" (CAMPINAS, 2010b, p. 1), visava a preservação do Ribeirão das Pedras e de sua várzea, com a instalação de um parque linear ao longo do córrego e a reestruturação do projeto urbanístico e ambiental, "pela importância do ribeirão na composição urbano-paisagística da região, e seu papel definidor de transição entre a área residencial e o corredor da Estrada da Rhodia, integrando esse patrimônio natural ao uso do lazer público" (CAMPINAS, 1996, p. 8).

O projeto do Parque Linear do Ribeirão das Pedras compreende a microbacia drenada por este ribeirão, que se localiza na região norte do Município de Campinas, SP, com área total aproximada de 29,75km^2 (CAMPINAS, 2010), sendo esta densamente urbanizada e com população superior a 60.000 habitantes. O Ribeirão das Pedras é afluente do ribeirão Anhumas que, por sua vez, é afluente do rio Atibaia, um dos contribuintes do rio Piracicaba.

O Parque Linear está localizado em uma região densamente urbanizada, sobretudo por conta da presença de universidades, de um grande Shopping Center, o Parque Dom Pedro, com densidade técnica e populacional. Segundo a Prefeitura, o que justificou o desenvolvimento do projeto foi o diagnóstico da microbacia do Ribeirão das Pedras, apresentado no Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo (PLGU-BG) (CAMPINAS, 1996), instituído na Lei Municipal n. 9.199/96, que contou com a participação de equipes técnicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e da Prefeitura de Campinas, "tendo realizado diversas audiências públicas que garantiram a participação da comunidade, resultando em um dos pioneiros exemplos de planejamento já desenvolvidos em municípios brasileiros" (CAMPINAS, 2010).

No diagnóstico ambiental do PLGU-BG, diversos riscos ambientais foram identificados, tais como deposição irregular e inadequada de resíduos de sólidos em terreno baldios e planícies de inundação, ocupação de planícies de inundação por moradias, instituições de ensino e pesquisa, e por comércios e serviços, com o desmoronamento de margens e inexistência de mata ciliar.

Segundo a Prefeitura de CAMPINAS, 2010,

> Conclui-se que a situação que configurava a degradação ambiental na microbacia do ribeirão das Pedras, situada em área urbanizada no município de Campinas, envolvia a utilização das áreas marginais para deposição clandestina de resíduos sólidos urbanos, o lançamento de esgotos sem tratamento, a ocupação urbana das

> planícies de inundação e insuficiência da infraestrutura, favorecendo a ocorrência de alagamentos, e a inexistência de matas ciliares, sendo que tais fatos motivaram a idealização de um amplo projeto de recuperação ambiental denominado Parque Linear do Ribeirão das Pedras.

Dessa forma, sendo a microbacia do ribeirão considerada uma bacia prioritária para planejamento ambiental, de modo a manter a qualidade de vida em Barão Geraldo, o PLGU-BG (CAMPINAS, 1996) indicou a "implantação de um sistema de parques lineares, equipado com ciclovias, cujo traçado se desenvolva ao longo do Ribeirão das Pedras, desde a sua nascente, e envolva os remanescentes de matas nativas existentes em seu percurso".

O projeto do Parque Linear visava a formação de um corredor ecológico formando um parque linear com 10 quilômetros de extensão, atravessando 23 bairros do município de Campinas (CAMPINAS, 2010). Segundo a Lei n. 9.199 de 1996, as atividades próximas à área deveriam seguir diretrizes específicas para o projeto urbanístico e paisagístico das áreas públicas, como a definição de faixas de travessia, implantação de ciclovias, mobiliário público e de lazer, bem como a criação de projetos de uso e ocupação do solo para os trechos privados nas adjacências da área, em busca de garantir a permeabilidade da várzea e o acesso público à área, impedindo o avanço da ocupação dos lotes próximos ao córrego.

Em 1998, dois anos após a publicação do PLGU-BG, que indicava a necessidade da implantação de um parque linear a fim de preservar o Ribeirão das Pedras e da sua várzea, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) da Prefeitura de Campinas desenvolveu o projeto do Parque Linear do Ribeirão das Pedras, que foi apresentado ao Ministério Público Estadual no mesmo ano. Foram definidos 5 trechos de implantação e 18 sub-trechos (Figura 1b)

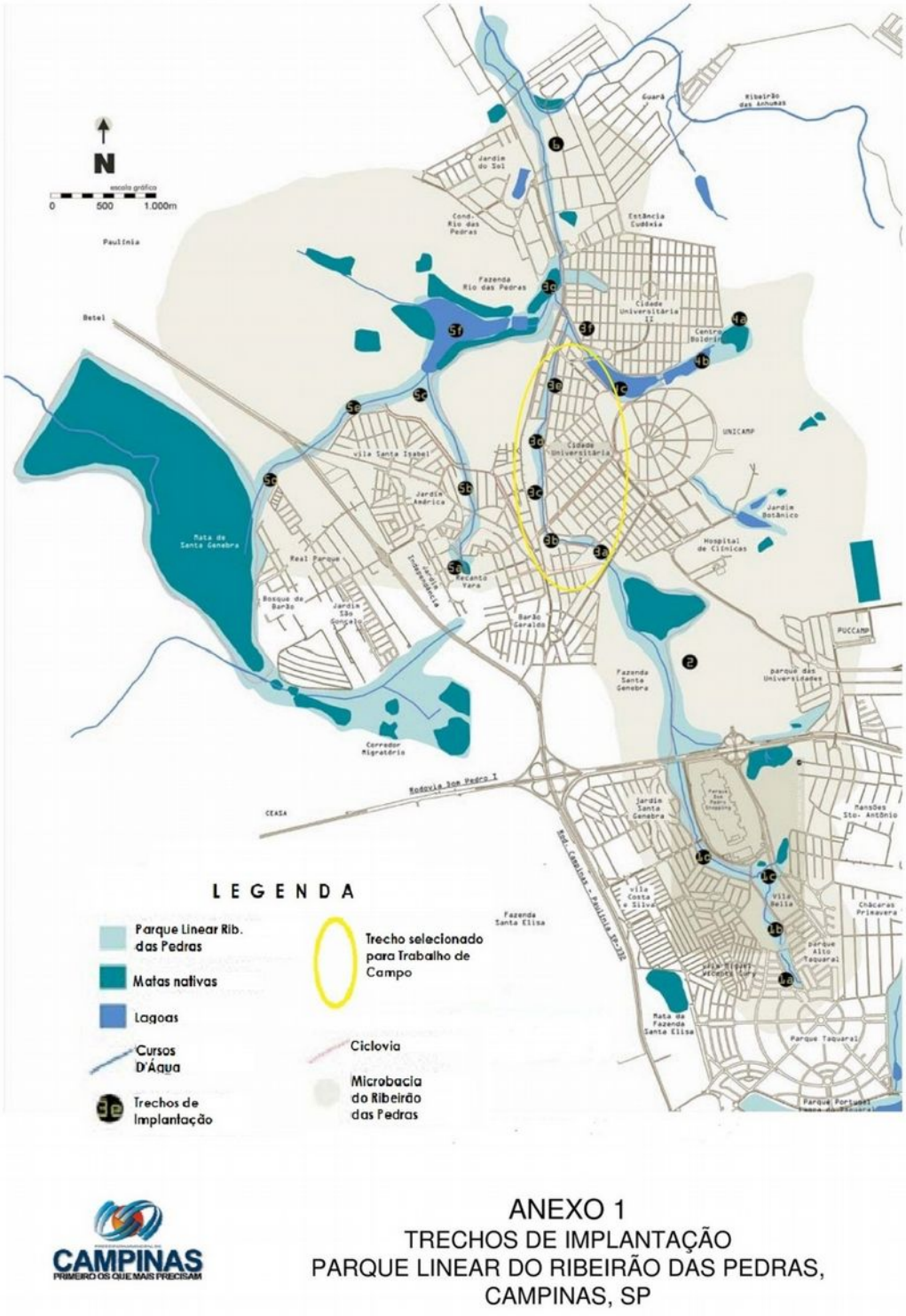
Figura 1a e 1b. Trechos de implantação do Parque Linear Ribeirão das Pedras e trecho selecionado para trabalho de campo

Figura 1a. Imagem do trecho que sofre maior pressão da urbanização sobre a área do Parque Ribeirão das Pedras



Fonte: GOOGLE.*Google Earth*. 2016. Distrito de Barão Geraldo (Campinas — SP), trecho entre as Avenidas Dr. Romeu Tórtima e Oscar Pedroso Horta. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-22.8179267,-47.0774803,2290m/data=!3m1!1e3> Acesso em 12 de dez. 2012.

Figura 1b. Parque Linear Ribeirão das Pedras (2010b)



Fonte: CAMPINAS. Secretaria de Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Adaptado pela autora.

O primeiro sub-trecho, denominado 3b, foi implantado em 1998. Segundo informações da Prefeitura de Campinas (2010), ao longo de 500 metros foram plantadas 3.000 mudas de árvores nativas, além de implantação de ciclovia e

playground. De acordo com matéria de Carlos Tidei, publicada no Jornal de Barão em 02 de junho de 2010,

> A implantação do Trecho 3b do Parque foi promovida pela iniciativa privada (Auto Posto Campineira, Mc Donald´s, Floricultura Campineira, 100% Vídeo). A limpeza, manutenção e reposição de mudas do trecho 3b do Parque são custeadas, há 11 anos, pelo empresário e engenheiro civil Cristiano Cantusio, proprietário do Auto Posto Campineira e do Tilli Center. O trecho 3b levou sete meses para ser limpo, ter suas margens plantadas e construída a ciclovia. Todo o projeto paisagístico foi executado pela Floricultura Campineira, seguindo a concepção elaborada pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas em parceria com a Unicamp e a PUC-Campinas. (TIDEI, 2010)

Em entrevista concedida em 30 de novembro de 2016, Cristiano Cantusio afirma que a parceria foi uma iniciativa da Prefeitura, que através de uma carta-convite de 28 de abril de 1998 sugeriu a cooperação para a implantação do primeiro trecho. O empresário afirma também manter o trecho 3b do Parque Linear desde então, através de um Termo de Acordo de Compromisso com a Prefeitura. São retiradas a cada 3 a 4 meses cerca de 3 caçambas de entulho apenas desse trecho do Parque Linear. Segundo Cantusio, todas as árvores plantadas no Parque são de espécies nativas, e ele estima ser o responsável por um aumento de 14 mil m^2 de área verde no Parque Linear.

Na sequência, o Colégio Rio Branco, localizado no entorno do Parque (Rua Cecília Féres Zogbi, s/n) (Figura 2), aderiu ao projeto e se responsabilizou pelo trecho 3a, com o plantio de 500 mudas e a construção de 300 metros de ciclovia (CAMPINAS, 2010).

Figura 2. Parque Linear Ribeirão da Pedras com o Colégio Rio Branco ao fundo.



Fonte: Foto arquivo pessoal Tereza Paes, novembro de 2016.

Em 1999, a Prefeitura afirma ter sido recuperada a área da nascente do ribeirão, correspondente ao Trecho 1a, num projeto coordenado pela Prefeitura e envolvendo a UNICAMP, a sociedade civil por meio das associações de bairro e a iniciativa privada, responsável por custear a implantação e manutenção do reflorestamento. A partir desse ano, foram desenvolvidos projetos para mais 3 trechos do Parque Linear (1b, 1c e 1d), estes sob responsabilidade do Parque Dom Pedro Shopping, que cumpria medida compensatório obrigatória da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) para aprovação do empreendimento. A Prefeitura destaca que a implantação destes trechos do Parque foi integralmente custeada pela iniciativa privada, com recursos estimados em 7 milhões de reais.

Segundo a Prefeitura de Campinas (2010),

> A grandiosidade do projeto implantado é demonstrada pela dimensão da área do Trecho 1 do Parque Linear, de cerca de 400.000,00m², onde foram plantadas cerca de 45.000 mudas de árvores, de 103 espécies nativas diferentes, entre elas os ipês, jequitibás, ingás, palmeiras, aroeiras, eritrinas, jatobás, entre outras. Foi implantada uma lagoa de controle de cheias no interior do parque linear, que atua como "piscinão ecológico", possibilitando a retenção das águas das chuvas e evitando que as mesmas escoem rapidamente e causem o agravamento das enchentes. (...) Por fim, a implantação da ciclovia, em extensão de 2,7 km, ao longo do parque linear, representou um importante incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte, promovendo a saúde da população e a redução da poluição do ar.

Paralelamente, foram executadas obras de saneamento da bacia pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), contemplando emissários de esgotos, estações elevatórias e da Estação de Tratamento de Esgotos ETE Barão Geraldo, inaugurada em 2009 e com capacidade de tratamento de 200 litros por segundo, possibilitando a coleta e tratamento dos esgotos urbanos na bacia do ribeirão das Pedras. O investimento da SANASA foi de cerca de R$23.000.000,00 (23 milhões) (CAMPINAS, 2010).

Além disso, a Prefeitura alega a execução de obras de macro-drenagem pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com a ampliação das travessias das avenidas Atílio Martini e Oscar Pedroso Horta, "eliminando as restrições que causavam inundações em área habitadas do distrito de Barão Geraldo", no valor de R$1.000.000,00 (um milhão). (CAMPINAS, 2010).

Embora "as características positivas do parque público [sejam] sempre evidenciadas nos discursos oficiais" como afirma Serpa (2005, p. 130), muitas contradições se colocam nesse caso. Diferentemente do que está previsto em lei, o Parque Linear atual muito se distancia do seu plano inicial. O que se observa é o aumento crescente do número de loteamentos na bacia do Ribeirão, o que aumenta a erosão e alarga suas margens; as enchentes são constantes devido à impermeabilização do solo; em muitos pontos da várzea a pista de caminhada é escondida pela vegetação ou sucumbiu pela erosão; e nenhum equipamento urbano de uso público foi implantado.

Figura 3: Vista do Parque Linear, à esquerda, e construções dentro da área do Parque, à direita e abaixo, no trecho recortado para o Trabalho de Campo.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2016.

A situação de abandono do Parque linear e o seu distanciamento do projeto original é constantemente tema de reportagens nos jornais locais Barão em Foco e Jornal de Barão[2], os quais apontam a deterioração do Parque. Reportagem publicada em 26 de janeiro de 2010 no jornal Barão em Foco aponta para uma forte chuva, no mesmo dia da publicação, que transbordou o Ribeirão das Pedras em Barão Geraldo, arrastando 4 carros para o Ribeirão. Próximo do Tilli Center,

2 Para a realização da pesquisa foi realizado um levantamento sistemático nos meios de comunicação local (Jornal de Barão, Barão em Foco e Correio Popular) cobrindo o período de 2005 a 2014, para a identificação de notícias que tratam desta problemática e de como a questão é tratada pela mídia local. Foram identificadas e analisadas 38 reportagens.

localizado na esquina entre as Avenidas Albino José de Oliveira e Prof. Atílio Martini, a água subiu mais de um metro na avenida e quebrou a proteção da ponte. Segundo o jornal,

> Se o adensamento populacional e vedação do solo continuar no ritmo atual sem planejamento da sustentabilidade, dentro de alguns anos o arraste será de residências ao longo do Ribeirão das Pedras. (MORELI, 2010a)

Em mais de um momento a questão do adensamento populacional é colocada em questão pelo jornal. Reportagem de Moreli (2009), veiculada em novembro pelo Jornal barão em Foco, afirmava que, com a impermeabilização dos novos condomínios, os alagamentos seriam frequentes na região do Ribeirão das Pedras. O jornal critica o fato de as tubulações das pontes ao lado do Tili Center e da Av. Oscar Pedroso Horta, que tinham apenas 90 cm de diâmetro, terem sido aumentadas com dinheiro dos cofres públicos, sendo que deveriam ter sido aumentadas com o dinheiro do construtor, tendo em vista que o problema piorou com a construção dos empreendimentos na bacia do Ribeirão.

Em uma reportagem do Jornal Barão em Foco, de agosto de 2010, encontramos a memória da história do Ribeirão das Pedras:

> Na década de 80 o ribeirão passava ao lado da Escola Rio Branco com 1 metro de largura e alguns cm de profundidade. (...) Na Avenida Atílio Martini, onde hoje tem aquela ponte, não havia ponte, o riacho passava por debaixo da avenida através de uma tubulação de apenas 90 cm de diâmetro. (MORELI, 2010b)

Nos anos 1990, as construções no alto Taquaral e dos prédios próximos da Avenida Santa Genebra começaram a impermeabilizar o solo, fazendo com que a tubulação de 90 cm não fosse mais suficiente, ocasionando enchentes frequentes. "As águas passavam por cima da avenida, provocaram erosão e aprofundaram o leito do Ribeirão do lado do Tilli Center." (MORELI, 2010b)

Segundo o jornal, a situação piorou com a construção do Dom Pedro Shopping e crateras começaram a ser formadas:

> A situação na Avenida Oscar Pedroso Horta era pior, além da construção do Shopping, as águas pluviais foram aumentadas pela vedação do solo devido às construções na Cidade Universitária, que estavam se intensificando." Em 2004 foram construídas as pontes da Av. Atílio Martini e da Av. Oscar Pedroso Horta. "As pontes construídas em 2004 suportaram as enxurradas apenas por 4 anos. No verão de 2009 já tivemos casos de enchentes. (...) A famosa lagoa construída ao lado do shopping para conter as águas pluviais e principal motivo para a Prefeitura ganhar o ridículo prêmio de

> melhor projeto ecológico do Brasil em 2010, tem função próxima de zero com a crescente vedação do solo na região. (MORELI, 2010b)

Apesar dos relatos da mídia local, em 2010 o Parque Linear Ribeirão das Pedras de Barão Geraldo foi vencedor do Prêmio de Melhor Prática em Gestão Ambiental Urbana, conferido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Cidades, o que nos permite revelar divergências e contradições entre o discurso ambiental e a realidade vivida no local.

Enquanto na cidade legal o discurso ambiental é reconhecido publicamente, com a obtenção de um prêmio em nível nacional, na cidade real nem mesmo o modelo urbanístico de acesso social seletivo e natureza encenada foram implantados por completo. As contradições socioambientais, políticas e econômicas são a face mais visível do Parque Linear Ribeirão das Pedras.

Considerações finais

O exercício do poder e do discurso político ideológico que se insere no âmbito das questões ambientais contemporâneas envolve, diretamente, questões socioterritoriais. Não podemos, então, dissociar a dimensão social da análise ambiental, uma vez que esta é materializada pelos agentes sociais. A busca por melhor qualidade de vida associada a áreas verdes e parques públicos mostra que essas áreas são espaços com alto valor patrimonial, inserindo-se na lógica do mercado e tornando-se "verdadeiras grifes do mercado imobiliário" (SERPA, 2005, p. 114).

A cidade, enquanto território de legitimação das políticas urbanas, fortemente influenciada pela ideologia ambientalista, tem seu espaço re-arranjado a fim de responder a esse discurso.

Áreas verdes, agora valorizadas, aumentam a densidade de ocupação em torno desses espaços que funcionam como indicadores de qualidade de vida. A instalação do Parque Linear Ribeirão das Pedras é vista, portanto, como um imperativo do consenso global de proteção, que, contraditoriamente, ao reinventar a natureza como paisagem valorizada, abre caminho para a mercantilização das paisagens naturais (LUCHIARI, 2001).

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que financia esta pesquisa.

Referências

ABCP — Associação Brasileira de Cimento Portland Programa Soluções para Cidades. *Projeto Técnico: Parques Lineares como medidas de manejo de águas pluviais*. 2009. Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/10/AF_Parques%20Lineares_Web.pdf>. Acesso em 24 jan. 2016

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: *A duração das cidades — sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* DP&A Editora/CREA-RJ, 2001, pp. 28-55.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Parques e Áreas Verdes*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>. Acesso em 07 jan. 2016.

BRÜSEKE, F. J. "O Problema do Desenvolvimento Sustentável". In: *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.* Cavalcanti, Clóvis (Org.). 2. ed. São: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CAMPINAS. *Lei n. 9.199, de 27 de dezembro de 1996.* Institui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/macrozonas/lei_9199-1996.pdf> Acesso em 14 de mar. 2016.

___. *Campinas conquista prêmio nacional de Melhor Prática em Gestão Ambiental.* Mar. 2010a. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=974> Acesso em 14 de mai. 2016

____. Secretaria de Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Parque Linear Ribeirão das Pedras. 2010b. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/estudos-projetos.php> Acesso em 17 de mai. 2016.

CANTUSIO, C. Entrevista concedida a Fabiana Giaretta. Campinas, 30 de nov. 2016.

CASTELLS, M. *A questão urbana.* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. Ressignificação da Natureza em áreas urbanas: o mercado imobiliário no entorno da mata de Santa Genebra. In: *XII EGAL — Encuentro e Geógrafos de América Latina*, 2009, Montevideo. Anais do XII EGAL — Encuentro e Geógrafos de América Latina, 2009. p. 1-14.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 369, de 28 de março de 2006.* Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente — APP. Brasília: DOU de 29/03/2006.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano.* 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.

____. *Trajetórias geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAGNINO, Ricardo. *Riscos Ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Pedras, Campinas/SP.* Dissertação (Mestrado Geografia) — Unicamp, 2007.

GOMES, Marco Antonio Silvestre. *Parques Urbanos, Políticas Públicas e Sustentabilidade.* Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago. 2014.

LUCHIARI, M. T. D. P. "A (re)significação da paisagem no período contemporâneo". In: *Paisagem, imaginário e espaço.* ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MEADOWS, D. et al. *Limites do crescimento.* São Paulo: Editora Perspectiva AS, 1973.

MORELI, A. M. Enxurrada arrasta 4 carros para o Ribeirão das Pedras em Barão Geraldo. *Jornal Barão em Foco*, Campinas, 26 de jan. 2010a. Disponível em: < http://baraoemfoco.com.br/barao/noticias/2010/janeiro/carro.htm> Acesso em 25 de mai. 2016.

____. Informe-se antes de comprar imóvel na região do Ribeirão das Pedras. *Jornal Barão em Foco*, Campinas, nov. 2009. Disponível em: < http://baraoemfoco.com.br/barao/noticias/novembro09/enchente.htm> Acesso em 26 de mai. 2016.

____. Um pouco da história do Ribeirão das Pedras de Barão Geraldo. *Jornal Barão em Foco*, Campinas, ago. 2010b. Disponível em: <http://baraoemfoco.com.br/barao/noticias/2010/agosto/historia.htm> Acesso em 26 de mai. 2016.

RESENDE, U. P. de. Qualidade de vida, meio ambiente e especulação imobiliária: um estudo sobre a implantação do parque cascavel, na região sul de Goiânia. *II SEAT — Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade.* UFG / IESA / NUPEAT — Goiânia, maio de 2011.

RIBEIRO, A.C.T. "Sociabilidade, Hoje: leitura da experiência urbana" (pp. 411-422). *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, A. C. T.; GARCÍA, F. E. S. *City marketing — a nova face da gestão da cidade no final do século.* 1997.

SANTOS, M. *Espaço do cidadão.* Editora: EDUSP, (Coleção: MILTON SANTOS), V.8; 7ª Edição, São Paulo, 2014 [1987].

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos — Evolução, Projeto, Funções e Usos. In: Revista da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Tecnologia. Vol. 4 Nº 1 Out. 2002. Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em 30 jan. 2016

SERPA, A. "Parque Público: um 'álibi verde' no centro de operações recentes de requalificação urbana?". *Cidades*, v. 2, n.3, 2005. (pp.89 — 110)

SERRANO, C.M.T.; LUCHIARI, M.T.D.P. "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas" (pp.19-32). In: RODRIGUES, A.M. *Textos Didáticos — Meio Ambiente, Ecos da Eco.* IFCH/UNICAMP, N.8, 1993.

SHIVA, Vandana "Ecodesenvolvimento — dos novos limites às políticas ambientais". *Aula Magna da Universidade de Siena* — Versão Preliminar, Tradução: Maria Paula Miranda, 1989.

TIDEI, C. Parque Linear do Ribeirão das Pedras comera 11 anos no Dia Mundial do Meio Ambiente. Jornal de Barão, Campinas, jun. de 2010. Disponível em: <http://jornaldebarao.blogspot.com.br/2010/06/parque-linear-do-ribeirao-das-pedras.html>. Acesso em 29 de mai. 2016.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat. *Cadernos IPPUR*, UFRJ. Rio de Janeiro, n. 1 e 2, 1997.

TREVISAN, F. L. *Conservação ambiental e segregação sócio-espacial*: expansão imobiliária na Área de Proteção Ambiental Municipal de Sousas e Joaquim Egídio, Campinas, SP. Projeto de Pesquisa Científica — FAPESP. Orientadora: Prof. Dr. Maria Tereza Paes Duarte Luchiari. Campinas, 2005

VAINER, C. 2000. *Pátria, empresa e mercadoria* — Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.

Sobre os autores

Fabiana Giaretta: graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

* * *

ABSTRACT

Environment, urban space and image policies: the case study of Linear Park Ribeirão das Pedras (Barão Geraldo, Campinas, SP)

This article intends to approach the environmental issue and the appreciation of the urban space, focusing on the case of Linear Park Ribeirão das Pedras located in the Barão Geraldo's district, in the city of Campinas, São Paulo, Brazil, investigating the role of the Public Park as a land valuation tool in contemporary city and the effects of implantation of green areas in the territorial planning of cities. It is intended to link elements such as green areas in urban environments, appreciation of public space and the role of local government in the formulation of public policies in the territorial planning. The central hypothesis intended to be verified is the one which admits that green spaces are elements of urban space appreciation, guided in environmental conservation speeches and corporate real estate agents, through speculation in urban land use and image policies.

KEYWORDS: public parks, environment, urban areas, land valuation.

RESUMEN

Medio ambiente, espacio urbano y políticas de imagen: el caso del Parque Linear Ribeirão das Pedras (Barão Geraldo, Campinas, SP)

Este artículo pretende abordar el tema del medio ambiente y la apreciación del espacio urbano, centrándose en el caso del Parque Lineal Ribeirão das Pedras de Barão Geraldo, ubicados en la ciudad de Campinas, São Paulo, Brasil, investigando el papel del parque público como herramienta de valorización del suelo de la ciudad contemporánea y los efectos del empleo de áreas verdes en la planificación territorial de las ciudades. Se pretende interconectar elementos tales como zonas verdes en el entorno urbano, la apreciación del espacio y el papel dos gobiernos locales en la formulación de politicas públicas en la planificación del territorio. La hipótesis central que sea de verificación supone que las áreas verdes son elementos apreciados del espacio urbano, guiados por el discurso de la conservación del medio ambiente y agentes corporativos de bienes raíces, através de la especulación en el uso de la tierra urbana y la política de imagen.

PALABRAS CLAVE: parques públicos, medio ambiente, áreas urbanas, apreciación del espacio

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg